

Alerta Legislação nº 09, de 26 fev. a 03 mar. 2018
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
02/03/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 822, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para dispor sobre a dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou entidades da administração pública federal. <u>LEI Nº 13.631, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. <u>DECRETO Nº 9.297, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. <u>DECRETO Nº 9.296, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
01/03/2018	<u>LEI Nº 13.630, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) para 30 de abril de 2018. <u>DECRETO Nº 9.295, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui o Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

27/02/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 821, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, para criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. <u>DECRETO Nº 9.293, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Concede indenização a família de pessoa desaparecida ou morta em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º - Ficam estabelecidas para as entidades promotoras de provas zootécnicas as regras para emissão do Certificado Especial de Identificação e Produção - CEIP para bovinos com aptidão para corte, avaliados geneticamente, e fica aprovado o modelo de relatório anexo a esta Instrução Normativa. (...)
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.643, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Regulamenta o art. 15-I e o inciso VII do art. 15-L da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com a finalidade de estabelecer os encargos financeiros das operações de crédito da modalidade de financiamento de que trata o art. 15-D da referida Lei realizadas com recursos dos Fundos de Desenvolvimento e de estabelecer prazo para a restituição dos valores devidos ao fundo de origem do recurso. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.641, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Atualiza as regras aplicáveis à fiscalização das operações de crédito rural pelas instituições financeiras. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.640, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Revoga regras de recolhimento por deficiências de aplicação em operações de crédito rural e de transferência de recursos para aplicação em período subsequente, disciplinadas no Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Define condições para o direcionamento da subexigibilidade do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e ajusta normas no Pronamp e no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.633, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera a Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, que dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas

técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi).

RESOLUÇÃO Nº 4.632, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera as normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de que tratam a [Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998](#), a [Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014](#), e o [Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003](#).

RESOLUÇÃO Nº 4.631, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Define condições para as instituições financeiras contratarem operações de crédito rural por intermédio de agentes de crédito de rural.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017.

PORTARIA Nº 270, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Define a estrutura dos Postos de Atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e os serviços neles compreendidos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.795, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País para o exercício de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.794, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017, pela pessoa física residente no Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.793, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Livro Caixa da Atividade Rural para apuração do resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.792, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Ganhos de Capital para apuração de resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.791, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Recolhimento Mensal Obrigatório

	(Carnê-Leão) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 18, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "GABINETE METÁLICO, COM OU SEM FONTE DE ALIMENTAÇÃO, PARA UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO", industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "GABINETE METÁLICO, COM OU SEM FONTE DE ALIMENTAÇÃO, PARA UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO", industrializado no País. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Objeto: Consulta Pública. Proposta de texto do Regulamento Técnico MERCOSUL sobre "Conteúdo líquido de produtos pré-medidos" (Revogação da Resolução GMC Nº 31/07) que libera a padronização do conteúdo líquido do filé de pescado congelado, dentifrícios, sabão de lavar em barra e lavandina sólida.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 218, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. <u>PORTARIA Nº 217, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Estabelece os procedimentos administrativos relativos aos pedidos de extradição passiva e ativa e de prisão cautelar para fins de extradição passiva e ativa, no âmbito do Ministério da Justiça. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre o procedimento de concessão de autorização de residência para casos não previstos expressamente na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, especifica a

	documentação necessária para instrução dos pedidos e define o procedimento de registro de autorizações de residência concedidas a refugiados, apátridas e asilados. ARQUIVO NACIONAL (AN) <u>PORTARIA Nº 31, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre o levantamento das atividades críticas para o funcionamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 418, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera a pactuação dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde do Estado de São Paulo e seus Municípios. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 219, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre as diretrizes para aprovação condicional das petições de alteração pósregistro de medicamentos e dá outras providências. – Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 392, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Reconhecer o Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (Medical Device Single Audit Program - MDSAP), para subsidiar ações de inspeção e fiscalização sanitária. (...) – Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 468, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GERADOR DE OZÔNIO OZONIC, fabricado pela empresa Ozonic Brasil - Indústria de Equipamentos de Ozônio Ltda. - ME, (CNPJ: 23549253/0001-14) localizada à Av. Fernando Ferrari, 521, Sala 3, Bairro Ferrazópolis, São Bernardo do Campo-SP. (...) – Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento Sanitários CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <u>RESOLUÇÃO Nº 569, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reafirmar a prerrogativa constitucional do SUS em ordenar a formação dos (as) trabalhadores (as) da área da saúde. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 222, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO) do Estado do Rio de Janeiro -RJ.

Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 163, DE 27 DE FEVEREIRO 2018</u> Divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para atendimento de famílias com renda familiar anual bruta de até R\$ 17.000,00 (GRUPO 1), e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 162, DE 27 DE FEVEREIRO 2018</u> Divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para atendimento de famílias com renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00. <u>PORTARIA Nº 156, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Aprova nova versão do Manual para apresentação de proposta no âmbito do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito de ações sob a gestão e responsabilidade da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana. <u>RESOLUÇÃO Nº 59, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS referentes ao exercício de 2016, na forma do Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU.
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 65, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Estabelecer novos Valores Anuais de Referência Específicos - VRES, para os Sistemas de Geração Distribuída de que trata o art. 2º, § 8º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, observado o disposto nos arts. 14 e 15 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. (...) AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 721, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de janeiro de 2018 <u>RESOLUÇÃO Nº 720, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de janeiro de 2018
Ministério dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 121, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui o Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ObservaRIO.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 35, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui o calendário de reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para o ano de 2018.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº 464, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Regulamenta a apresentação de informações relativas à movimentação aeroportuária e aprova a Emenda nº 02 ao RBAC nº 153.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 655, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Ementa: Dispõe sobre as regras e os procedimentos das parcerias celebradas entre o Conselho Federal de Farmácia e as organizações da sociedade civil. <u>RESOLUÇÃO Nº 654, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Ementa: Dispõe sobre os requisitos necessários à prestação do serviço de vacinação pelo farmacêutico e dá outras providências. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO 2.178, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta o funcionamento de aplicativos que oferecem consulta médica em domicílio. <u>RESOLUÇÃO 2.174, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a prática do ato anestésico e revoga a Resolução CFM nº 1.802/2006.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
03/03/2018	LEI Nº 16.672, DE 02 DE MARÇO DE 2018 Altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013 , que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 10, DE 26-2-2018</u> Estabelece calendário de lançamento dos Editais 2018 do Programa de Ação Cultural – ProAC

Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP - 3, DE 20-2-2018</u> Dispõe sobre a aprovação da Programação destinada a transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, elaborada pelo Governo do Estado de São Paulo, para a aquisição de equipamentos (kit Conecta SUAS) para apoiar as ações do Programa Criança Feliz
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 23, DE 28-2-2018</u> Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL <i>(Região de Santo Anastácio)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 22, DE 28-2-2018</u> Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL <i>(Região de Franca)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 21, DE 28-2-2018</u> Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL <i>(Região de Bauru)</i>
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 22, DE 27-02-2018</u> Dispõe sobre a revisão dos valores da despesa diária de condução COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00006, DE 28-02-2018</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de FEVEREIRO/2018 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-03-2018 - Celetistas; Dia 07-03-2018 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. (...) SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 100, DE 01-03-2018</u> O Diretor-Presidente em Exercício da São Paulo Previdência - SPPREV, à vista do disposto nas Portarias SPPREV 46 de 17-01-2018, para fins de pagamento de Bonificação por Resultados - BR instituída pela Lei Complementar 1.079/2008, faz saber que: Artigo 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA referente ao exercício de 2017 corresponde a 104,59% (cento e quatro inteiros e cinquenta e nove centésimos) para a São Paulo Previdência - SPPREV, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Portaria SPPREV 139 de 11-03-2014 e consubstanciada na Nota Técnica anexa.

Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG - 8, DE 22-2-2018</u> Estabelece data mínima inicial para fruição do período de férias dos empregados contratados pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências correlatas UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>COMUNICADO</u> PLANEJAMENTO E GESTÃO UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS Artigo 115 da CE - Suplemento Especial A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2017, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 28 de abril de 2018, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 7, DE 27-2-2018</u> Altera a Resolução PGE 7 de 12-05-2015, que disciplina o Programa de Ajuda Financeira para capacitação de Procuradores do Estado e servidores da PGE, na forma que especifica <u>RESOLUÇÃO PGE - 6, DE 26-2-2018</u> Autoriza a celebração de acordos nas hipóteses que especifica (...) Artigo 1º. Ficam os Procuradores do Estado autorizados a apresentar o Termo de Adesão constante do Anexo desta Resolução, nos juízos competentes, a fim de encerrar demandas judiciais versando sobre o pagamento aos policiais militares (ativos, inativos e seus pensionistas) do Adicional de Local de Exercício (ALE) referente ao mês de fevereiro de 2013 e do Adicional de Insalubridade (AI) referente ao mês de abril de 2013. (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 21, DE 1º-3-2018</u> Dá nova redação ao Anexo I da Resolução SS-41, de 05-05-2016, que dispõe, no âmbito da Secretaria da Saúde, sobre os requisitos para participação de prestadores de assistência à saúde interessados em cadastramento, caso habilitados, para eventual formalização de ajuste nas áreas assistenciais que especifica, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 19, DE 26-2-2018</u>

	Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUSSP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 18, DE 26-2-2018</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUSSP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 104, DE 22-12-2017</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUSSP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências.
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP - 013, DE 27-2-2018</u> Prot.GS 3709/2013 Aprova e institui o Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>PORTARIA GR-7137, DE 28-02-2018</u> Dispõe sobre a fixação de preços para revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros, registro e demais serviços que especifica
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-11, DE 2-3-2018</u> Regulamenta os Cursos de Extensão Universitária, presenciais e a distância, oferecidos pela Unesp
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
03/03/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 2018</u> Mensagem A-nº 65/2018 do Senhor Governador do Estado (...) Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que cria a Aglomeração Urbana de Franca, e dá providências correlatas. (...) DOE, Legislativo, 03/03/2018, p. 5 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 010/2018 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que, a partir de 12 de março, quando finalizada a instrução de processos físicos ou eletrônicos a apresentação de Memoriais ou outro nome que se lhes dê deverá ser feita diretamente nos Cartórios ou Gabinetes dos Senhores Conselheiros sempre em papel. SDG, em 02 de março de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 03/03/2018, p. 16
02/03/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 95, DE 2018</u> Classifica Irapuã como Município de Interesse Turístico.
01/03/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 92, DE 2018</u> Autoriza a criação do serviço de Disque Denúncia de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes. DOE, Legislativo, 01/03/2018, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 91, DE 2018</u> Altera a Lei nº 15.661, de 9 de janeiro de 2015, que institui o programa Lições de Primeiros Socorros na educação básica da rede escolar em todo Estado e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 01/03/2018, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 90, DE 2018</u> Estabelece a obrigatoriedade aos prestadores de serviços, funcionários, proprietários, equipe de recreação e colaboradores de estabelecimentos que atendam o público infantil e adolescente a realização de cursos e treinamentos de primeiros socorros. DOE, Legislativo, 01/03/2018, p. 7
28/02/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6, DE 2018</u> Assegura o pagamento de adicional de periculosidade aos Agentes de Apoio Socioeducativo da Fundação CASA. DOE, Legislativo, 28/02/2018, p. 10 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 87, DE 2018</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Boracéia. DOE, Legislativo, 28/02/2018, p. 10 SUPLEMENTO <u>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2017</u>

27/02/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 85, DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para ampliar o prazo de parcelamento e modificar hipótese de isenção. DOE, Legislativo, 27/02/2018, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2018 (*)</u> Mensagem A-64/2018 do Senhor Governador do Estado (...) OFÍCIO Nº 164/2018-GS-ACR Ref.: Anteprojeto de Lei - “Implantação da Linha 13 – Jade, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM” e “Implantação de Portas de Plataforma nas Linhas Metroviárias” (...) DOE, Legislativo, 27/02/2018, p. 12 (*) Republicado por ter saído com incorreções no D.A.L. de 24/2/2018
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/03/2018	<u>DECRETO Nº 58.117, DE 2 DE MARÇO DE 2018</u> Disciplina a organização e o funcionamento da Assessoria Policial-Militar da Prefeitura do Município de São Paulo - APMPMSP. Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 03/03/2018. p.1
02/03/2018	<u>DECRETO Nº 58.115, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Introduz alterações no Decreto nº 54.794, de 28 de janeiro de 2014, que instituiu a São Paulo Aberta e o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo – CIGA-SP. <u>DECRETO Nº 58.113, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Cria o Centro Municipal de Educação Infantil Andaguaçu e revoga o Decreto nº 56.502, de 13 de outubro de 2015. <u>DECRETO Nº 58.109, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Altera a Tabela integrante do Decreto nº 58.049, de 22 de dezembro de 2017, que fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 58.106, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u> Introduz alterações no Decreto nº 57.377, de 11 de outubro de 2016, que estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Empreendimento de Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social.
27/02/2018	<u>DECRETO Nº 58.103, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva

maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107